

**Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A.**  
CNPJ 01.704.513/0001-46



**Relatório da Administração**

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia") relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016, acompanhadas das respectivas notas explicativas, relatório dos auditores e dos atuários independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015.

**1. Conjuntura econômica:** O ano de 2016 foi marcado por surpresas, tanto políticas como econômicas. O Brasil passou pelo processo de impeachment e o início de um novo governo, que busca dar um novo direcionamento à política econômica. A economia brasileira, em quadro recessivo nos últimos dois anos, deve encerrar 2016 com queda no PIB de 3,5%, acumulando retração próxima de 8% no biênio 2015/2016. No âmbito internacional, eventos como o Brexit (a saída da Inglaterra da União Europeia) e a eleição de Donald Trump nos EUA contribuíram para o aumento da incerteza global. As despesas com consumo das famílias brasileiras recuaram pelo segundo ano consecutivo, refletindo a combinação de elevado nível de endividamento familiar com a deterioração progressiva do mercado de trabalho. A taxa de desemprego oficial deve encerrar 2016 em cerca de 12% (contra 9% em 2015), deixando mais de 12,0 milhões de brasileiros desempregados.

Apenas no segmento formal da economia, foram fechadas cerca de 1,5 milhão de vagas no ano. Os investimentos permanecem em queda pelo terceiro ano consecutivo, como resultado de um setor industrial endividado e com elevada capacidade ociosa, aliado a baixa confiança dos empresários. No setor externo, a combinação de câmbio depreciado e recuperação dos preços das commodities permitiu à balança comercial acumular superávit de US\$47,7 bilhões em 2016, reduzindo o déficit em contas correntes do US\$60,6 bilhões (3,6% do PIB) em 2015 para US\$20,6 bilhões em 2016, ou 1,1% do PIB. Esse desempenho, ainda que resulte em baixa contribuição para o crescimento, constitui um importante fator para reduzir os efeitos adversos de um ambiente internacional instável. A inflação

que se mostrava mais resiliente ao longo da primeira metade do ano ingressou em um processo de redução mais incisivo nos últimos meses de 2016. O IPCA, que encerrou o primeiro semestre contabilizando inflação de 8,84% em termos anuais, recuou para 6,30% no final de dezembro, fechando o ano dentro da banda do regime de metas. O arrefecimento das pressões inflacionárias em meio ao aprofundamento da queda da atividade permitiu que o Banco Central desse início ao processo de flexibilização monetária. Nas duas últimas reuniões do comitê de política monetária (Copom) do ano, a SELIC foi reduzida de 14,25% para 13,75% ao ano, deixando aberta a possibilidade de continuação e intensificação do ciclo de afrouxamento. No âmbito fiscal, o governo conseguiu importantes avanços na construção de um novo regime baseado, fundamentalmente, no controle das despesas públicas. O novo regime visa restaurar a capacidade de gerar superávits sustentáveis necessários ao estancamento do endividamento público. Ainda que não traga resultados expressivos no curto prazo, essa nova postura se constitui em importante elemento para a restauração da confiança e reformatação do crescimento econômico nos próximos anos. As expectativas que cercam o ano de 2017 permitem certo otimismo. O esperado maior dinamismo da economia americana, podendo resultar em desvalorização cambial, dará sustentação ao bom desempenho do setor externo e, consequentemente, ao setor industrial. Avanços na agenda fiscal combinado com juros domésticos em queda contribuirão para o aumento dos investimentos e deverão pavimentar o caminho para a retomada do crescimento econômico em 2017.

**2. Principais informações financeiras:**

(R\$milhões)	2016	2015
Prêmios emitidos	389,0	408,0
Prêmios ganhos	417,8	437,8
Sinistros ocorridos	(162,1)	(212,0)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	474	28,2
Variações de outras provisões técnicas	(59,9)	(45,4)
Resultado financeiro	61,9	69,4
Resultado antes dos impostos e participações	35,8	22,7
<b>Lucro líquido</b>	<b>18,5</b>	<b>15,0</b>

3. Comentário sobre o desempenho: No ano de 2016, a receita de prêmios emitidos

atingiu R\$389,0 milhões, uma redução de 4,7% em relação à receita obtida no ano anterior. Os sinistros ocorridos somaram R\$162,1 milhões, uma melhora de 23,5% em relação a 2015. As receitas de contribuições e prêmios de VGBL totalizaram R\$47,4 milhões, representando crescimento de 68,0% frente a 2015. Neste mesmo período, o resultado financeiro alcançou R\$61,9 milhões, 10,9% abaixo do ano anterior, enquanto o lucro líquido do exercício foi de R\$18,5 milhões, 23,8% acima de 2015.

**4. Distribuição do resultado:**

Descrição (em R\$milhões)	2016	2015
Lucro antes dos impostos e participações	35,8	22,7
(-) Impostos e contribuições	(14,8)	(5,2)
(-) Participações	(2,4)	(2,5)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>18,5</b>	<b>15,0</b>
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(0,9)	(0,7)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>17,6</b>	<b>14,2</b>
Dividendos obrigatórios	4,4	3,6
25% do Lucro líquido ajustado	4,4	3,6
(-) Dividendos antecipados imputados nos dividendos obrigatórios	4,4	3,6
<b>Saldo dos dividendos obrigatórios</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Dividendos adicionais propostos pagos - conforme aprovado pela RGA de 30/09/2015	—	10,7
<b>Saldo dos dividendos obrigatórios propostos</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Destinação:</b>		
Constituição de reserva estatutária	13,2	—

5. **Investimentos:** A Companhia não possui investimentos diretos ou indiretos em sociedades coligadas e controladas. 6. **Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários na categoria "mantidos até vencimento" para os quais possua intenção e capacidade para manter a data do respectivo vencimento. 7. **Acordo de acionistas:** A Companhia não é parte em acordos de acionistas.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017.

A ADMINISTRAÇÃO

**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
(em milhares de reais)

	Notas	2016 (Reapresentado)		Notas	2016 (Reapresentado)
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
<b>Ativo circulante</b>			<b>Passivo circulante</b>		
Disponível	—	6.301.396	Contas a pagar	—	1.673.227
Caixa e bancos	—	6.417	Obrigações a pagar	11,1	42.050
Aplicações	6	6.145.808	Impostos e encargos sociais a recolher	—	20.498
Créditos das operações com seguros e resseguros	—	98.956	Encargos trabalhistas	—	7.394
Prêmios a receber	7	89.012	Impostos e contribuições	—	4.997
Operações com seguradoras	—	7.460	Outras contas a pagar	11,2	1.957
Operações com resseguradoras	8,1	2.484	<b>Débitos das operações com seguros e resseguros</b>	—	196
Créditos das operações com previdência complementar	—	40	Prêmios a restituir	—	5.787
Créditos de resseguro	—	40	Operações com seguradoras	—	80
Outros créditos	—	1.663	Operações com resseguradoras	8,1	1.449
Despesas antecipadas	—	1.308	Corretores de seguros e resseguros	12	1.175
Custos de aquisição diferidos	10	29.929	Outros débitos operacionais	—	14.174
Seguros	—	25.773	<b>Depósitos de terceiros</b>	—	15.953
Previdência	—	4.156	Provisões técnicas – seguros	—	12.919
<b>Ativo não circulante</b>			Danos	—	12.919
Realizável a longo prazo	—	671.496	Pessoas	14,1	2.137
Aplicações	6	323.090	Vida individual	14,1	151.899
Créditos das operações com seguros e resseguros	—	1.987	Vida com cobertura de sobrevivência	14,1	61.055
Prêmios a receber	7	676	Provisões técnicas – previdência complementar	14,2	916.207
Operações com resseguradoras	8,1	1.311	Planos não bloqueados	—	353.923
Ativos de resseguro e retrocessão	8,2	2.816	PGBL/PRGP	—	350.182
Títulos e créditos a receber	—	325.016	Outros débitos	—	12.429
Créditos tributários e previdenciários	9,1	113.368	<b>Passivo não circulante</b>	—	4.379.513
Outros créditos	16,1	2.460	Contas a pagar	—	4.379.513
Despesas antecipadas	—	1.308	Obrigações a pagar	11,1	57.379
Custos de aquisição diferidos	10	14.710	Outras contas a pagar	11,3	50.512
Seguros	—	11.477	<b>Débitos das operações com seguros e resseguros</b>	—	62
Previdência	—	3.233	Corretores de seguros e resseguros	12	48
Imobilizado	—	1.134	<b>Provisões técnicas – seguros</b>	—	48
Imóveis de uso próprio	—	477	Pessoas	14,1	149.880
Bens móveis	—	240	Vida individual	14,1	6.326
Outras imobilizações	—	417	Vida com cobertura de sobrevivência	14,1	1.672.174
Intangível	—	2.743	Provisões técnicas – previdência complementar	14,2	2.961.937
Outros intangíveis	—	2.743	Planos não bloqueados	—	878.228
<b>Total do Ativo</b>		<b>6.972.892</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>312.119</b>
			Capital social	18,1	227.551
			Reservas de lucros	—	86.909
			Ajustes de avaliação patrimonial	—	(7.728)
					<b>6.972.892</b>
					<b>6.180.867</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Descrição	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de títulos e valores mobiliários	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldos em 01/01/2015</b>	227.551	15.026	172.285	187.311	(9.344)	—	405.518
Dividendos intercalares – R\$2,6999 por ação conforme AGE de 10/04/2015	—	—	(80.000)	(80.000)	—	—	(80.000)
Dividendos intercalares – R\$0,3268 por ação conforme RCA de 30/09/2015	—	—	(9.682)	(9.682)	—	—	(9.682)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	—	—	—	—	—	14.966	14.966
<b>Proposta da destinação do lucro:</b>							
Reserva Legal	—	748	—	748	—	(748)	—
<b>Dividendos</b>							
Dividendos obrigatórios antecipados – R\$0,1200 por ação – conforme RCA de 30/09/2015	—	—	—	—	(3.555)	(3.555)	—
Dividendos adicionais antecipados – R\$0,3599 por ação conforme RCA de 30/09/2015	—	—	—	—			

continuação

## Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

**1. Contexto operacional:** A **SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121 parte, no bairro Cidade Nova, autorizada a operar em todo o território nacional pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de pessoas e planos de previdência privada aberta e que tem como acionista, a Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA. SAÚDE) que detém 100% de participação. A Sul América S.A. (SASA), controladora indireta da Companhia, tem como principal acionista a Sulaspas Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,84% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,64% de participação total. A SASA é uma Companhia de capital aberto e publicou, em 22/02/2017, no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2016, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). Nessas demonstrações financeiras, o termo "SulAmérica" é usado para tratar o conjunto de empresas formado pela SASA e suas controladas, o qual a Companhia faz parte. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela SUSEP, e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 21/02/2017. **2.2. Representação:** Em 2014, com o intuito de padronizar e permitir a comparabilidade do mercado segurador, a SUSEP emitiu orientação para estabelecer um padrão para o registro contábil dos eventos relacionados às ações judiciais envolvendo a provisão de sinistro a liquidar e o passivo contingente, com prazo de implantação até dezembro de 2016. O comunicado de orientação, de uma forma geral, determinou que se o evento está associado à operação de seguro, este deve ser considerado sinistro e, consequentemente, registrado na provisão de sinistro a liquidar, ficando excluídos somente os danos morais não cobertos pelo contrato de seguro e nos casos de ausência da apólice do seguro e fora da vigência da apólice que devem ser registrados no passivo contingente. Em consequência dessa alteração, as ações judiciais que inicialmente estavam registradas no Passivo, na rubrica Provisões Judiciais, e no resultado, na rubrica Outras Despesas Operacionais, foram reclassificadas, de forma retrospectiva, para Provisões Técnicas de Seguros (Sinistros a Liquidar) no passivo e no resultado na linha de Sinistro. O montante reclassificado no passivo em 31/12/2015 foi de R\$1.114. No resultado, o montante reclassificado em 31/12/2015 foi de R\$712. Para fins de apresentação, não demonstramos a terceira coluna do balanço patrimonial referente ao início do período anterior, por se tratar de efeito imaterial pela avaliação da Administração, em consonância com o item 40 (a) do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Efeitos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	2015	
	Originalmente publicado	Ajuste Reapresentado
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>5.439.869</b>	<b>—</b>
Não circulante	742.112	(1.114)
Créditos tributários e previdenciários	120.467	(2)
Outros	621.645	—
<b>Total do ativo</b>	<b>6.181.981</b>	<b>(1.114)</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>1.490.182</b>	<b>(947)</b>
Contas a pagar	21.445	(2)
Provisões técnicas de seguros	579.951	812
Danos	2.615	—
Pessoas	161.268	(1)
Vida Individual	72.613	—
Vida com cobertura de sobrevivência	343.455	—
Provisões judiciais	13.241	(1)
Outros	875.545	—
<b>Não circulante</b>	<b>4.379.680</b>	<b>(167)</b>
Provisões técnicas de seguros	1.528.144	3.167
Pessoas	143.018	(1)
Vida individual	9.507	—
Vida com cobertura de sobrevivência	1.375.619	—
Provisões judiciais	128.431	(1)e(2)
Outros	2.723.105	—
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>312.119</b>	<b>—</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>6.181.981</b>	<b>(1.114)</b>
<b>Resultado</b>		
Prêmios ganhos	437.786	—
Sinistros ocorridos	(211.328)	(3)
Custos de aquisição	(106.921)	—
Outras receitas e despesas operacionais	(54.505)	(3)
Resultado com operações de resseguro	8.897	—
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	28.211	—
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	40.074	—
Variações de outras provisões técnicas	(45.406)	—
Custos de aquisição	(17.510)	—
Outras receitas e despesas operacionais	(8.232)	—
Resultado com operações de resseguro	(152)	—
Despesas administrativas	(103.443)	—
Despesas com tributos	(14.216)	—
Resultado financeiro	69.449	—
Resultado patrimonial	(34)	—
<b>Resultado operacional</b>	<b>22.670</b>	<b>—</b>
Ganhos e perdas com ativos não correntes	41	—
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>22.711</b>	<b>—</b>
Imposto de renda	(6.207)	—
Contribuição social	965	—
Participações sobre o resultado	(2.503)	—
<b>Lucro líquido</b>	<b>14.966</b>	<b>—</b>

(1) Transferência no montante de R\$812 da rubrica "Provisões judiciais - Circulante" para "Provisões técnicas de seguros - Pessoas - Circulante". Transferência no montante de R\$3.167 da rubrica "Provisões judiciais - Não circulante" para "Provisões técnicas de seguros - Pessoas - Não circulante"; (2) Reversão de crédito tributário no montante de R\$1.114 no Ativo, na rubrica "Créditos tributários e previdenciários - Não circulante", com efeito no Passivo, nos montantes de R\$947 na rubrica "Contas a pagar - Circulante" (Impostos e contribuições a pagar) e R\$167 na rubrica "Provisões judiciais - Não circulante"; e (3) Transferência no montante de R\$712 da rubrica "Despesas operacionais - Seguros - Outras despesas operacionais" para "Despesas operacionais - Seguros - Sinistros". **Efeitos na demonstração de fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2015:** As seguintes linhas foram impactadas: • Redução na linha de "Provisões técnicas - seguros e resseguros" no montante de R\$3.979 e aumento na linha de "Provisões Judiciais" devido a transferência dos valores da rubrica "Provisões judiciais" para "Provisões técnicas de seguros - Pessoas"; e • Redução na linha de "Créditos fiscais e previdenciários" no montante de R\$1.114 e aumento na linha de "Outras contas a pagar" no montante de R\$947 e "Provisões judiciais" no montante de R\$167, devido a reversão do crédito tributário. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros derivativos (nota 5); • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 6); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 6). **2.4. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Prêmios de seguros e coberturas de risco de previdência são reconhecidos pelo período de vigência das apólices. Prêmios de seguros, relativos a riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas, são reconhecidos com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão; • Contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidas quando ocorre o efetivo recebimento. Os direitos dos participantes dos referidos planos estão refletidos mediante constituição de provisões técnicas em contrapartida no resultado do período; • Comissões de seguro e agenciamentos de seguros, registrados como custos de aquisição diferidos amortizados com base no prazo de vigência dos contratos de seguros (maioritariamente 12 meses) exceto os agenciamentos referentes aos produtos de previdência que são amortizados pelo prazo médio de permanência dos segurados na carteira (40 meses). Comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica. Esses custos de aquisição são inicialmente diferidos na rubrica "Custos de aquisição diferidos" no ativo

circulante e não circulante e amortizados no resultado do período na rubrica "Custos de aquisição"; e • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis individualmente (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE), quanto outras despesas relacionadas, mas não diretamente alocáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE). **3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: **3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimento e de acordo com a gestão de riscos da Companhia. **Derivativos:** São classificados no ativo circulante em "Títulos e créditos a receber" ou no passivo circulante em "Outras contas a pagar"; **3.2.2. Disponíveis para a venda:** Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "emprestados e recebíveis" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Mantidos até o vencimento:** Os títulos e valores mobiliários que a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado. **3.2.4. Emprestados e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber; mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidas no resultado. **3.4. Redução ao valor recuperável:** **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo, se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. **Ativos não financeiros:** Os saldos contábeis dos ativos não financeiros, incluindo ágio ou ativos intangíveis em desenvolvimento e que ainda não estejam disponíveis para uso, são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual excede o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social corrente e diferido são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 8 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.6. Provisões técnicas de contratos de seguros, resseguros e previdência:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela SUSEP, conforme a seguir: **3.6.1. Provisões para Prêmios Não Ganhos (PPNG):** Para os contratos de cobertura de risco de previdência e seguros de pessoas, a PPNG é constituída pelo método pro rata die, tendo como base os prêmios ou contribuições comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. **3.6.2. Provisão para Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE):** Para os contratos de cobertura de risco de previdência e seguros de pessoas, a PPNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos, relativa às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. É obtida a partir da multiplicação do prêmio mensal retido pelo fator esperado de atraso calculado semestralmente com base na média ponderada histórica entre a PPNG referente aos riscos emitidos após o início de vigência e o prêmio retido. **3.6.3. Provisão de Sinistros a Líquido (PSL): Processos administrativos:** A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo o valor dos sinistros avisados. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional calculado com base na estimativa total de sinistros, metodologia conhecida como IBNP. Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como PSL e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (Incurred But Not Reported - IBNR). O IBNR é calculado conforme descrito na nota 3.6.4. **Processos judiciais:** As provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas no ativo não circulante. **3.6.4. Provisão para Prêmios Ganhos (PPG):** Para os contratos de cobertura de risco de previdência e seguros de pessoas, a PPG é constituída pelo método pro rata die, tendo como base os prêmios ou contribuições comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. **3.6.5. Provisão para Prêmios Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE):** Para os contratos de cobertura de risco de previdência e seguros de pessoas, a PPNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos, relativa às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. É obtida a partir da multiplicação do prêmio mensal retido pelo fator esperado de atraso calculado semestralmente com base na média ponderada histórica entre a PPNG referente aos riscos emitidos após o início de vigência e o prêmio retido. **3.6.6. Provisão para Sinistros a Líquido (PSL): Processos administrativos:** A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo o valor dos sinistros avisados. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional calculado com base na estimativa total de sinistros, metodologia conhecida como IBNP. Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como PSL e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (Incurred But Not Reported - IBNR). O IBNR é calculado conforme descrito na nota 3.6.4. **Processos judiciais:** As provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas no ativo não circulante. **3.6.7. Provisão para Prêmios Ganhos (PPG):** Para os contratos de cobertura de risco de previdência e seguros de pessoas, a PPG é constituída pelo método pro rata die, tendo como base os prêmios ou contribuições comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. **3.6.8. Provisão para Prêmios Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE):** Para os contratos de cobertura de risco de previdência e seguros de pessoas, a PPNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos, relativa às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. É obtida a partir da multiplicação do prêmio mensal retido pelo fator esperado de atraso calculado semestralmente com base na média ponderada histórica entre a PPNG referente aos riscos emitidos após o início de vigência e o prêmio retido. **3.6.9. Provisão para Prêmios Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE):** Para os contratos de cobertura de risco de previdência e seguros de pessoas, a PPNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos, relativa às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. É obtida a partir da multiplicação do prêmio mensal retido pelo fator esperado de atraso calculado semestralmente com base na média ponderada histórica entre a PPNG referente aos riscos emitidos após o início de vigência e o prêmio retido. **3.7. Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test - LAT):** A adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras é avaliada através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutais de resseguro. Os fluxos de caixa dos prêmios e contribuições futuras são segregados dos fluxos de caixa relacionados a prêmios e contribuições registradas, não havendo compensação, no resultado do teste, entre os dois fluxos. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente ligados às provisões técnicas. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação são consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa realista é trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco prefixada. Para os contratos de previdência, utiliza-se a tábua BR-EMS para a estimativa realista de sobrevivência e para as estimativas de conversão em renda vitalícia, cancelamento e resgate foram utiliz

continuação

## Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

contas como "Depósitos de terceiros", devido à natureza e ao giro da operação, a Companhia classifica todo o montante em circulante. **3.15. Normas emitidas e revisadas:** 3.15.1. Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras: A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas aplicáveis as operações da Companhia que passaram a ser aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2016. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores. • Modificações à IAS 27 – Opção para utilização do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas – Em vigor a partir de 01/01/2016; • Modificações às IFRS – Ciclos de melhorias anuais 2012–2014 – Em vigor a partir de 01/01/2016; • Modificações à IAS 1 – Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das demonstrações financeiras – Em vigor a partir de 01/01/2016.

**Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2016 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia:** • IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos financeiros – Em vigor a partir de 01/01/2018; • IFRS 16 – Arrendamento mercantil – Em vigor a partir de 01/01/2019; • IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento de contraprestação – Em vigor a partir de 01/01/2018; • Reconhecimento de ativo fiscal diferido/crédito fiscal para perdas a realizar (aditamentos ao IAS 12) – Em vigor a partir de 01/01/2017; • Classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações (aditamentos ao IAS 2) – Em vigor a partir de 01/01/2018; • Iniciativa de divulgação (aditamento à IAS 7) – Em vigor a partir de 01/01/2017; e • Melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2014 – 2016 – Em vigor a partir de 01/01/2018. É esperado que nenhumas dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que a Companhia ainda não concluiu as suas análises, considerando que a sua adoção foi postergada para 2021 pelo IASB, somente para as companhias predominantemente seguradoras. **4. Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos (Enterprise Risk Management – ERM) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pela COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma:

• **Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos;

• **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos;

• **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e • **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitoradas e gerenciadas através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta às Unidades de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. Com o objetivo de complementar esta avaliação e de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para as suas principais linhas de negócio e categoria de risco, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. É papel do Comitê de Riscos e da divisão de riscos corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de gestão de riscos corporativos. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1<sup>ª</sup> linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1<sup>ª</sup> linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2<sup>ª</sup> linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia a solvência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna das primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3<sup>ª</sup> linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos os quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de risco a fim de padronizar a linguagem de riscos em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Concentração das operações:** Com presença em todo território nacional, a Companhia concentra seus negócios na região Sudeste, devido à localização do polo econômico do país. Em 31/12/2016, a Companhia registrou um total de receitas de prêmios emitidos de R\$389.037 (R\$408.044 em 2015). A tabela a seguir apresenta a distribuição regional destas receitas:

Região	Vida em grupo		Pessoas demais (a)		Previdência		Outros (b)	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Sudeste	65,03%	68,00%	29,92%	35,60%	77,40%	73,50%	62,70%	62,90%
Norte	3,04%	2,70%	4,44%	2,70%	1,38%	1,60%	2,11%	2,10%
Nordeste	12,66%	11,10%	4,57%	4,40%	8,81%	9,60%	14,40%	14,50%
Centro	4,36%	3,90%	6,84%	7,20%	2,14%	2,50%	3,07%	2,80%
Oeste	14,91%	14,30%	54,23%	50,10%	10,27%	12,80%	17,72%	17,70%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

(a) Refere-se aos ramos conforme elencados na Circular SUSEP N° 395 de 2 de dezembro de 2009, que representam 16,5% (17,2% em 2015) do total de prêmios da Companhia. (b) Refere-se aos ramos de seguro de vida, individual e auxílio funeral. **4.2. Riscos de subscrição:** Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas premissas adotadas na precificação ou na constituição das provisões técnicas. Na Companhia, tais riscos podem se materializar de diferentes maneiras dependendo do ramo de atuação. Os produtos de Vida e Previdência têm seus riscos de precificação e provisão associados às expectativas de mortalidade/sobrevida dos participantes dos planos no momento da contratação. Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação das provisões técnicas constituidas, que podem ser materializados em qualquer uma das linhas de negócios da Companhia. **4.2.1. Risco de precificação:** Atualmente, a Companhia possui modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo a acurácia na determinação dos preços para cada cliente frente aos compromissos contratuais estimados das despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Com o objetivo de promover um conjunto de análises de viabilidade e de suportar uma tomada de decisão sobre investimentos em produtos e parcerias com base em riscos, a Companhia possui o Procedimento de Avaliação e Revisão de Produtos (PARP), também aplicado nos acompanhamentos periódicos dos produtos da Companhia. O PARP é um procedimento multidisciplinar onde áreas de suporte e negócios contribuem com os seus respectivos conhecimentos técnicos, através de pareceres para esta análise de viabilidade, suportando a decisão sobre uma iniciativa que pode ser lançamento ou alteração de produtos, novas parcerias e grandes cotações. Contribuem como pareceristas as áreas atuarial, de auditoria interna, comercial, de compliance, contábil, financeira, jurídica, de planejamento estratégico e visão do cliente além das áreas de gestão de riscos corporativos e de sustentabilidade. Adicionalmente, a Companhia conta com ações específicas em cada linha de negócio para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados. Dentre estas ações, pode-se destacar: programas de bônus; centros especializados de atendimento de sinistros; processos de eficiência de custos; auditorias preventivas pré-pagamentos e inspeções detalhadas na subscrição de algumas apólices. Para os seguros com maiores riscos individuais e carteiras com menor capacidade de previsibilidade ou expostas a catástrofes, a Companhia utiliza-se de contratos de resseguro, mitigando o risco de grandes perdas não esperadas nos contratos e transferindo tais riscos para os resseguradores, assumindo, em contrapartida, o risco de crédito destes parceiros. A contratação de resseguro segue política específica estabelecida pelo CoR. Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição, é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos, inadequação de preços ou ainda insuficiência nas provisões técnicas. **Análise de sensibilidade em Pessoas:** As análises de sensibilidade a seguir buscam simular os possíveis impactos de oscilações no resultado e no patrimônio líquido para os negócios de pessoas, antes e depois da contratação de resseguros.

Premissas	Com efeito de resseguro		Sem efeito de resseguro		Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
	2016	2015	2016	2015				
	2016	2015	2016	2015				
Aumento de 5% na sinistralidade	(7919)	(4.355)	(8.435)	(4.639)				
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(3.484)	(1.916)	(3.484)	(1.916)				
Aumento de 5% nos custos de comercialização	(6.400)	(3.520)	(6.400)	(3.520)				
Redução de 5% na sinistralidade	7.919	4.355	8.435	4.639				
Redução de 5% nas despesas administrativas	3.484	1.916	3.484	1.916				
Redução de 5% nos custos de comercialização	6.400	3.520	6.400	3.520				

Premissas	Com efeito de resseguro		Sem efeito de resseguro		Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos				
	2016	2015	2016	2015				
Aumento de 5% na sinistralidade	(9.938)	(5.797)	(10.749)	(6.271)				
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(4.201)	(2.451)	(4.201)	(2.451)				
Aumento de 5% nos custos de comercialização	(6.115)	(3.567)	(6.115)	(3.567)				
Redução de 5% na sinistralidade	9.843	5.742	10.749	6.271				
Redução de 5% nas despesas administrativas	4.201	2.451	4.201	2.451				
Redução de 5% nos custos de comercialização	6.115	3.567	6.115	3.567				

Premissas	Com efeito de resseguro		Sem efeito de resseguro		Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos				
	2016	2015	2016	2015				
Aumento de 5% na sinistralidade	(9.938)	(5.797)	(10.749)	(6.271)				
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(4.201)	(2.451)	(4.201)</td					

continuação

## Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

Descrição	2016	2015
Renda fixa pública "risco soberano"	1.759.919	1.552.622
AAA	—	103.771
AA+ até AA-	3.898	3.531
Outros	2.908	1.914
<b>Total</b>	<b>1.766.725</b>	<b>1.661.838</b>

**4.4.2. Contratos de resseguro:** Para as contratações de resseguro, a Companhia possui política específica aprovada pelo Comitê de Riscos e monitorada pela área de Gestão de Riscos Corporativos, que estabelece um fluxo efetivo para a contratação, baseada em aprovações finais do CoR. Como exigências, a política engloba critérios de habilitação dos corretores, definições de limites de risco de crédito, limites de concentração e prazos mínimos a serem observados no fluxo de contratação de resseguros. Além das exigências definidas pela legislação vigente para a colocação de riscos de resseguro, com o objetivo de controlar internamente a exposição ao risco de crédito, a Companhia estabelece limites de exposição de crédito com base nas classificações de categoria de risco de cada ressegurador, gerenciando desta forma o risco de crédito em contratos de resseguro. As tabelas a seguir apresentam a exposição com os resseguradores por categoria de risco e linha de negócio. Tendo em vista a política de colocação de resseguro acima descrita, a Companhia prioriza suas colocações em resseguradores com menor grau de risco. Eventuais colocações que não sigam estas exigências devem ser aprovadas diretamente pelo CoR.

Ramos	2016	2015
Vida em grupo	6.006	23.192
Pessoas demais	8.194	4.179
<b>Total</b>	<b>14.200</b>	<b>27.371</b>

Categoria de risco (a)	2016	2015
Classe	Exposição	% Exposição %
Local Level 2	4.797	33,78%
Local Level 3	—	0,00%
Local Abaixo do level 3	3.756	26,45%
Admitida Level 1	5.647	39,77%
<b>Total</b>	<b>14.200</b>	<b>100,00%</b>
	<b>27.371</b>	<b>100,00%</b>

(a) L, refere-se a categoria com o menor grau de risco e L<sub>s</sub> a categoria com maior grau de risco. **Ressegurador local:** Ressegurador sediado no país, constituído sob a forma de sociedade anônima, que tenha por objeto exclusivo a realização de operações de resseguro e retrocessão. **Ressegurador admitido:** Ressegurador sediado no exterior, com escritório de representação no país, que, atendendo às exigências previstas na Legislação em vigor, aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrado como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão. **Ressegurador eventual:** Empresa resseguradora estrangeira sediada no exterior, sem escritório de representação no país, que, atendendo à Legislação em vigor, aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrada como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão. **Ressegurador eventual:** Empresa resseguradora estrangeira sediada no exterior, sem escritório de representação no país, que, atendendo à Legislação em vigor, aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrada como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão. Em 31/12/2016, adicionamente aos valores informados na tabela anterior, há R\$3.054 (R\$2.713 em 2015) em exposição com resseguradores referente a sinistros judiciais não ordinários (casos especiais) que em função da probabilidade de êxito "possível" destas ações judiciais, não foram contabilizados conforme orientação normativa. **4.5. Riscos operacionais:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. Dessa forma, a gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que violam o apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através do mapeamento dos processos organizacionais. Os riscos são quantificados através de metodologia específica gerando planos de ação nos casos necessários. **4.6. Riscos legais e compliance:** Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais. **4.6.1. Gestão dos riscos legais:** Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. Adicionalmente a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago se perdêssemos a causa (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento. A evolução da provisão de sinistros judiciais pode ser observada na nota 4.2.2. **4.6.2. Gestão dos riscos de compliance:** A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta do negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas a compliance da organização perante os órgãos reguladores.

**4.7. Gestão de capital:** A Companhia apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante os exercícios de 2016 e 2015, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores. Adicionalmente, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para cada tipo de negócio e risco, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. Através destes modelos internos são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios e performance dos administradores. A tabela abaixo demonstra a suficiência do capital regulatório em relação ao PLA apurado nos exercícios de 2016 e 2015.

Descrição	2016	2015
<b>Patrimônio líquido contábil</b>	<b>306.732</b>	<b>312.119</b>
<b>Deduções:</b>		
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(1.308)	(1.331)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social	(39.294)	(44.686)
Ativos intangíveis	(2.743)	(1.957)
<b>Ajustes econômicos</b>	<b>62.495</b>	<b>—</b>
<b>Patrimônio líquido ajustado – PLA (a)</b>	<b>325.882</b>	<b>264.145</b>
<b>Capital base (b)</b>	<b>15.000</b>	<b>15.000</b>
<b>Capital de risco (c)</b>	<b>270.120</b>	<b>236.348</b>
<b>Capital de risco de subscrição (d)</b>	<b>220.360</b>	<b>216.405</b>
<b>Capital de risco operacional (e)</b>	<b>5.081</b>	<b>4.491</b>
<b>Capital de risco de crédito (f)</b>	<b>25.348</b>	<b>28.306</b>
<b>Capital de risco de mercado (g)</b>	<b>77.252</b>	<b>—</b>
<b>CMR = Maior entre capital base e capital de risco (h)</b>	<b>270.120</b>	<b>236.348</b>
<b>Suficiência de capital – R\$ (i) = (a) – (h)</b>	<b>55.762</b>	<b>27.797</b>
<b>Suficiência de capital – % (j) = (i) / (a)</b>	<b>17,11%</b>	<b>10,52%</b>

Em 2016 o cálculo da suficiência de capital engloba as alterações introduzidas pela resolução CNSP 343 de 26/12/2016, onde as principais modificações foram à inclusão dos ajustes econômicos no cálculo do patrimônio líquido ajustado e o capital de risco de mercado no cálculo do CMR. Em 31/12/2016, a Companhia tem ativos livres no montante de R\$200.047 (R\$104.435 em 2015) que correspondem a 74,06% (45,03% em 2015) do capital mínimo requerido, superior ao limite de 20% estabelecido na Resolução CNSP 321/2015. **5. Instrumentos financeiros derivativos:** Conforme políticas de investimento e de alocação de recursos pré-definidas e aprovadas pela Administração, são permitidas para a Companhia a contratação de operações com derivativos. Para a Companhia, a manutenção de instrumentos financeiros derivativos, podendo ser mantidos nos fundos de investimentos exclusivos, tem por finalidade única a proteção à flutuação das taxas de juros. No caso dos fundos exclusivos dos planos PGBL e VGBL, além dos contratos futuros atrelados a taxa de juros, a Companhia também utiliza contratos futuros atrelados ao Índice Bovespa e dólar, em consonância com a política de investimento desses fundos. Os ganhos e perdas decorrentes desses contratos futuros não proporcionam qualquer impacto no resultado ou patrimônio líquido da Companhia, em virtude de serem refletidos em igual montante nas provisões técnicas de previdência. A utilização de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia está de acordo com as normas vigentes emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo CNSP. Estas normas dispõem sobre os critérios para a realização de investimentos pela Companhia. Em 31/12/2016 e 2015, a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos somente nos fundos de investimentos de PGBL e VGBL, os quais estão classificados no nível 1, como demonstrado a seguir:

Descrição	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valor justo		Valor a receber/recebido		Valor a pagar/pago	
		2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>Contratos futuros:</b>									
<b>Compromisso de compra</b>									
Taxa de juros em reais	2017/2027	4.204.000	1.305.700	3.274.477	443.800	6	856	534	—
Moeda estrangeira	2016	—	167.099	—	167.099	—	3.203	—	—
Índices	2017	7.025	11.449	7.025	11.449	57	60	—	—
<b>Compromisso de venda</b>									
Taxa de juros em reais	2017/2027	1.429.000	99.400	1.333.388	68.618	31	—	8	58
Índices	2017/2023	78.366	702	56.067	702	1	4	256	—

**5.1. Critérios de determinação do valor justo:** O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado utilizando-se as taxas divulgadas pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA). **5.2. Margens dadas em garantia:** Em 31/12/2016 e 2015, as margens dadas em garantia das operações de contratos futuros mantidas nos fundos de PGBL e de VGBL, e classificados como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, são compostas conforme demonstradas a seguir:

Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor	2016		2015	
				Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	Março/2018	825	6.959	LFT	Setembro/2017	40	296
LFT	Março/2019	560	4.720	LFT	Março/2018	2.510	18.556
LFT	Setembro/2017	40	338	LFT	Setembro/2018	948	7.006
LFT	Setembro/2018	281	2.370	LFT	Março/2019	5.196	38.383
LFT	Março/2020	1.075	9.054	LFT	Março/2020	3.555	26.239
LFT	Setembro/2020	1.000	8.419	LFT	Setembro/2020	950	7.009
LFT</td							

continuação

## Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos renda fixa. **6.2. Movimentação das aplicações:**

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
<b>Saldo em 01/01/2015</b>	<b>3.562.070</b>	<b>359.459</b>	<b>1.119.420</b>	<b>5.040.949</b>
Aplicações	80.574.042	207.793	—	80.781.835
Rendimentos resgate	(331.530)	(32.121)	(84.735)	(448.386)
Principal resgate	(80.096.535)	(246.118)	(55.831)	(80.398.484)
Resultado financeiro	426.120	48.689	196.100	670.909
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	45.734	—	—	45.734
Ajustes no patrimônio líquido	—	(7.442)	—	(7.442)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>4.179.901</b>	<b>330.260</b>	<b>1.174.954</b>	<b>5.685.115</b>
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>4.179.901</b>	<b>330.260</b>	<b>1.174.954</b>	<b>5.685.115</b>
Aplicações	89.316.198	534.364	—	89.850.562
Rendimentos resgate	(471.024)	(66.067)	(63.932)	(601.023)
Principal resgate	(88.797.220)	(491.385)	—	(89.288.605)
Resultado financeiro	596.408	45.934	145.033	787.375
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	24.799	—	—	24.799
Ajustes no patrimônio líquido	—	10.072	—	10.072
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>4.849.062</b>	<b>363.178</b>	<b>1.256.055</b>	<b>6.468.295</b>

**6.3. Análise da sensibilidade das aplicações:** As métricas de risco utilizadas na elaboração das análises de sensibilidade das aplicações financeiras são: (i) A metodologia de Value at Risk (VaR) paramétrico utilizando nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duração, nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera ( $\Delta P$ ) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. As metodologias utilizadas desconsideram os valores dos saldos referentes ao PGBL e VGBL, pois os recursos estão em fundos exclusivos para os participantes e são regidos pelas regras de liquidez estabelecidas nos regulamentos de cada fundo. A seguir, apresentamos o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado e no patrimônio líquido através da metodologia VaR e do ganho ou perda com a oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

	2016
<b>Fatores de Risco</b>	<b>VaR 95% DV01=0,01%</b>
Pré-fixado	194 10
IPCA	433 41
<b>Total</b>	<b>627 51</b>
	2015
<b>Fatores de Risco</b>	<b>VaR 95% DV01=0,01%</b>
Pré-fixado	(23) (1)
IPCA	569 54
Taxa referencial	(1) —
<b>Total</b>	<b>545 53</b>

Os ativos referenciados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e SELIC, não apresentam DV01 devido a effective duration ser de apenas 1 dia útil. Em relação ao VaR, tais fatores de risco não apresentaram resultados significativos devido a sua baixa volatilidade (inferiores a R\$1). **6.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado:** Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis). Modelos baseados em metodologias próprias, para o ativo ou passivo. **Nível 1:** **Títulos de renda variável:** Calculados com base na cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociados no mês. **Títulos de renda fixa – públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA. **Instrumentos financeiros derivativos – Contratos futuros de opções:** Calculados com base nas cotações e taxas divulgadas pela BM&FBOVESPA. **Nível 2: Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Letras Financeiras (LF):** Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDB com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado: são calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da BM&FBOVESPA, e para o spread de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de CDB e LF das carteiras administradas/fundos no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos. **Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE):** São títulos pré-fixados e pós-fixados em CDI, SELIC ou índices de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o spread de crédito, formado pelo conjunto das operações de DPGE das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos. **Debêntures:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou, no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação a mercado. **Cotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

	2016		
Descrição	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Aplicações Financeiras</b>			
Valor justo por meio do resultado	3.024.137	1.824.925	4.849.062
Disponível para venda	359.280	3.898	363.178
Mantidos até o vencimento	1.398.871	—	1.398.871
<b>Total</b>	<b>4.782.288</b>	<b>1.828.823</b>	<b>6.611.111</b>

	2015		
Descrição	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Aplicações Financeiras</b>			
Valor justo por meio do resultado	2.534.988	1.644.913	4.179.901
Disponível para venda	222.958	107.302	330.260
Mantidos até o vencimento	1.256.446	—	1.256.446
<b>Total</b>	<b>4.014.392</b>	<b>1.752.215</b>	<b>5.766.607</b>

**7. Prêmios a receber: 7.1. Movimentação dos prêmios a receber:** Os prêmios a receber estão mensurados ao custo amortizado e contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito, bem como as operações de retrocessão. O faturamento do segmento de vida ocorre em sua maioria mensalmente. A seguir, a movimentação dos prêmios a receber nas datas indicadas:

	Redução ao valor recuperável	Total
Prêmios		
<b>Saldo em 01/01/2015</b>	<b>98.036</b>	<b>(22.433)</b>
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento / constituição	424.770	(12.703)
RVNE	904	—
Recebimentos / reversão	(408.757)	253 (408.504)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>114.953</b>	<b>(34.883)</b>
<b>Circulante</b>		<b>79.718</b>
<b>Não circulante</b>		<b>352</b>
	Redução ao valor recuperável	Total
Prêmios		
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>114.953</b>	<b>(34.883)</b>
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento / constituição	399.307	(15.438)
RVNE	(3.556)	—
Recebimentos / reversão	(383.960)	13.265 (370.695)
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>126.744</b>	<b>(37.056)</b>
<b>Circulante</b>		<b>89.012</b>
<b>Não circulante</b>		<b>676</b>

**7.2. Prêmios a receber por vencimento:** Os prêmios a receber por vencimento estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
<b>A vencer</b>		
A vencer entre 01 e 30 dias	34.519	39.208
A vencer entre 31 e 60 dias	5.137	6.027
A vencer entre 61 e 180 dias	23.645	19.233
A vencer entre 181 e 365 dias	9.884	8.427
A vencer acima de 365 dias	676	352
<b>Total</b>	<b>73.861</b>	<b>73.247</b>
<b>Redução ao valor recuperável</b>	<b>(1.397)</b>	<b>(7.935)</b>
<b>Total a vencer</b>	<b>72.464</b>	<b>65.312</b>
<b>Vencidos</b>		
Vencidos entre 01 e 30 dias	10.114	10.604
Vencidos entre 31 e 60 dias	2.582	2.119
Vencidos entre 61 e 180 dias	9.580	6.038
Vencidos entre 181 e 365 dias	7.682	5.560
Vencidos acima de 365 dias	22.925	17.385
<b>Total</b>	<b>52.883</b>	<b>41.706</b>
<b>Redução ao valor recuperável</b>	<b>(35.659)</b>	<b>(26.948)</b>
<b>Total vencidos</b>	<b>17.224</b>	<b>14.758</b>
<b>Total de prêmios a receber</b>	<b>126.744</b>	<b>114.953</b>
<b>Total da redução ao valor recuperável</b>	<b>(37.056)</b>	<b>(34.883)</b>
<b>Total</b>	<b>89.688</b>	<b>80.070</b>

**8.2.1. Movimentação da provisão de prêmios não ganhos**

	Vida Pessoas	Vida Individual	Vida Previdência	Total
<b>Saldos em 01/01/2015</b>	—	—	102	102
Emissões/RVNE	694	—	—	694
Amortizações	—</			

continuação

## Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

Descrição	2016			2015		
	Prêmio direto	Cosseguro	Total	Prêmio direto	Cosseguro	Total
De 01 a 30 dias	6.295	—	6.295	2.190	—	2.190
De 31 a 60 dias	175	—	175	119	242	361
De 61 a 120 dias	203	—	203	182	6	188
De 121 a 180 dias	191	—	191	275	59	334
De 181 a 365 dias	100	—	100	75	438	513
Acima de 365 dias	285	—	285	140	3.562	3.702
<b>Subtotal</b>	<b>7.249</b>	—	<b>7.249</b>	<b>2.981</b>	<b>4.307</b>	<b>7.288</b>
<b>Total</b>	<b>7.249</b>	—	<b>7.249</b>	—	—	<b>7.288</b>

14. Provisões técnicas de seguros e previdência complementar: 14.1. Movimentação das provisões técnicas de seguros: Danos:

Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR e de despesas relacionadas – PDR			Total
<b>Saldo em 01/01/2015</b>			<b>2.145</b>
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas			(15)
Avisados / alterações			485
<b>Saldo em 31/12/2015</b>			<b>2.615</b>
<b>Total</b>			<b>2.615</b>
<b>Circulante</b>			<b>2.615</b>

Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR e de despesas relacionadas – PDR			Total
<b>Saldo em 31/12/2015</b>			<b>2.615</b>
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas			(507)
Atualização monetária / juros			29
<b>Saldo em 31/12/2016 (a)</b>			<b>2.137</b>
<b>Total</b>			<b>2.137</b>
<b>Circulante</b>			<b>2.137</b>

(a) Apesar da Companhia operar somente com seguros de pessoas e previdência, existem provisões técnicas classificadas na categoria "Danos" oriundas de operações de retrocessões aceitas. Pessoas:

Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR e de despesas relacionadas – PDR			Total
<b>Saldo em 01/01/2015</b>			<b>211.601</b>
Emissões			417.653
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas			(78.926)
Prêmios ganhos			(352.457)
Avisados / alterações			—
Atualização monetária / juros			213.331
Variação do IBNR			17.433
<b>Saldo em 31/12/2015 (Reapresentado)</b>			<b>45.957</b>
Outras provisões (a)			47.105
<b>Total</b>			<b>308.265</b>
<b>Circulante</b>			<b>162.080</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>146.185</b>

Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR e de despesas relacionadas – PDR			Total
<b>Saldo em 31/12/2015 (Reapresentado)</b>			<b>215.203</b>
Emissões			372.761
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas			(48.797)
Prêmios ganhos			(332.340)
Avisados / alterações			—
Atualização monetária / juros			164.436
Variação do IBNR			19.399
<b>Saldo em 31/12/2016</b>			<b>37.581</b>
Outras provisões (a)			54.186
<b>Total</b>			<b>301.779</b>
<b>Circulante</b>			<b>151.899</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>149.880</b>

Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR e de despesas relacionadas – PDR			Total
<b>Saldo em 01/01/2015</b>			<b>25.094</b>
Emissões			78.729
Pagamentos/ cancelamentos/ resgates			(8.616)
Prêmios ganhos			(64.541)
Avisados / alterações			—
Atualização monetária / juros			236.066
Variação do IBNR			(73)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>			<b>35.133</b>
Outras provisões			5.460
<b>Total</b>			<b>82.120</b>
<b>Circulante</b>			<b>72.613</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>9.507</b>

Provisão de sinistros a liquidar e sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR			Provisão matemática de benefícios a conceder	Total
<b>Saldo em 31/12/2015</b>			<b>15.010</b>	
Emissões			29.561	—
Pagamentos/ cancelamentos/ resgates			(78.729)	—
Prêmios ganhos			(63.366)	—
Avisados / alterações			—	321.387
Atualização monetária / juros			—	1.193
Variação do IBNR			—	541
<b>Saldo em 31/12/2016</b>			<b>36.947</b>	<b>10.411</b>
Outras provisões			—	66.678
<b>Total</b>			<b>67.381</b>	
<b>Circulante</b>			<b>61.055</b>	
<b>Não Circulante</b>			<b>6.326</b>	

Provisão de despesas relacionadas – IBNR			Provisão matemática de benefícios a conceder	Total
<b>Saldo em 31/12/2015</b>			<b>14.937</b>	
Emissões			35.133	—
Pagamentos/ cancelamentos/ resgates			(29.641)	—
Prêmios ganhos			(63.366)	—
Avisados / alterações			—	321.387
Atualização monetária / juros			—	4.526
Variação do IBNR			—	—
<b>Saldo em 31/12/2016</b>			<b>36.947</b>	<b>10.411</b>
Outras provisões				

continuação

## Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

## 17.1. Depósitos judiciais e fiscais:

Descrição	2016	2015
<b>Fiscais:</b>		
COFINS	25.273	23.594
PIS	43	40
CSLL	30.764	25.848
IRPJ	6.765	6.249
INSS	78.189	72.171
<b>Subtotal</b>	<b>141.034</b>	<b>127.902</b>
<b>Trabalhistas e cíveis:</b>		
Ações trabalhistas	1.282	3.135
Ações cíveis	69.332	63.417
<b>Subtotal</b>	<b>70.614</b>	<b>66.552</b>
<b>Total</b>	<b>211.648</b>	<b>194.454</b>
<b>Não circulante</b>	<b>211.648</b>	<b>194.454</b>

## 17.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

Descrição	Saldo em 01/01/2015		Atualização Adições monetária	Paga-mentos /baixas	31/12/2015 (Repre-sentado)	Saldo em 31/12/2015 (Repre-sentado)
	01/01/2015	31/12/2015 (Repre-sentado)				
<b>Cíveis e trabalhistas:</b>						
Cíveis	57.082	14.229	8.392	(24.291)	55.412	
Honorários	5.743	1.223	—	(1.618)	5.348	
Trabalhistas	2.696	116	281	(425)	2.668	
Outros	1.186	202	(73)	(99)	1.216	
<b>Subtotal</b>	<b>66.707</b>	<b>15.770</b>	<b>8.600</b>	<b>(26.433)</b>	<b>64.644</b>	
<b>Tributárias: (a)</b>						
PIS	38	—	2	—	40	
COFINS	19.159	—	1.357	—	20.516	
CSLL	19.640	1.417	2.209	—	23.266	
IRPJ	5.105	—	512	(347)	5.270	
INSS	71.685	1.506	5.082	(5.223)	73.050	
Honorários	656	521	76	—	1.253	
<b>Subtotal</b>	<b>116.283</b>	<b>3.444</b>	<b>9.238</b>	<b>(5.570)</b>	<b>123.395</b>	
<b>Total</b>	<b>182.990</b>	<b>19.214</b>	<b>17.838</b>	<b>(32.003)</b>	<b>188.039</b>	
<b>Circulante</b>						<b>12.429</b>
<b>Não Circulante</b>						<b>175.610</b>

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2016 são de R\$57.317 (R\$50.512 em 2015), registradas no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações a pagar" (vide nota 11). **17.3. Obrigações fiscais:** As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais da Companhia, em 31/12/2016 e 2015, são: **COFINS:** A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidente sobre as receitas geradas nas atividades de seguro e previdência e outras receitas. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e previdência privada e, possível, sobre outras receitas. Os valores questionados no passado estavam sendo depositados judicialmente e provisoriamente e, atualmente, as companhias estão recolhendo a contribuição majorada em 1% incidente sobre as receitas da atividade. **IRPJ:** A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se indutável na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia impetrou mandado de segurança, obtendo liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Em maio de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou constitucional o dispositivo legal que obstou a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisoriamente em sua totalidade. Cumpre ressaltar que a partir de 2013 a Companhia passou a tributar a despesa de contribuição social na base de cálculo do imposto de renda. Os advogados patrocinadores da causa reputam a probabilidade de perda como provável. **CSLL:** Com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração de 6% da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, passando a alíquota de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda na demanda. **17.4. Provisões judiciais:** A principal ação com provisão judicial em 31/12/2016 e 2015 é: **INSS:** A Companhia vinha questionando e depositando judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros e os serviços médicos não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados encontram com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e provisoriamente em sua totalidade até maio de 2015. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda. No mês de junho de 2015, a Companhia decidiu passar a recolher o INSS sobre os pagamentos aos prestadores corretores e descontinuar os depósitos judiciais referentes a essa discussão. **17.5. Contingências:** Em 31/12/2016 e 2015, o valor total em discussão dos processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas é de:

Descrição	2016	2015
Fiscais	61.324	50.656
Cíveis	246	185
Trabalhistas	143	130
<b>Total</b>	<b>61.713</b>	<b>50.971</b>

Na avaliação da Administração sobre a possibilidade de saída de recursos nos processos judiciais fiscais, o montante provisionado de R\$28.115 (R\$23.474 em 2015) refere-se a obrigações legais. **18. Patrimônio líquido:** **18.1. Capital social:** O capital social da Companhia em 31/12/2016 e 2015 é de R\$227.551, dividido em 29.630.262 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. **18.2. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **18.3. Reserva estatutária:** Constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social destinada à expansão de negócios sociais, após as destinações para reserva legal, de lucros e de contingências, quando for o caso, além de dividendos, não podendo exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da administração, deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. **18.4. Ajuste de avaliação patrimonial:** A rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para a venda,

relativos a títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

**18.5. Política de distribuição de dividendos:** O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 21/06/2016 e reratificou em 10/08/2016 a distribuição de dividendos intermediários, com base no saldo da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais apurado em 31/05/2016, no montante de R\$20.000 à razão de R\$0,6749 por ação, para pagamento aos acionistas a partir de 17/04/2017, podendo ser antecipado por deliberação do Conselho de Administração. Ainda, o Conselho de Administração da Companhia aprovou em 29/09/2016 uma nova distribuição de dividendos intermediários, com base no saldo da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais apurado em 30/06/2016, no montante de R\$10.000 à razão de R\$0,3374 por ação, pago aos acionistas em 29/09/2016. **18.6. Distribuição do resultado:** Em 31/12/2016 e 2015, a distribuição de resultados é a seguinte:

relativos a títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

(a) Valor de incentivo de ações (stock options), conforme nota 15.2. (b) Valor inclui reversão de PPR e realinhamento de provisão para bloqueio judicial. Os benefícios aos funcionários, incluídos na rubrica Pessoal Próprio, estão representados de forma detalhada na tabela a seguir:

Descrição	2016	2015
Remunerações	(13.623)	(13.691)
Encargos sociais	(5.035)	(5.311)
Indenizações e rescisões	(1.416)	(1.193)
Vale alimentação, refeição e transporte	(2.325)	(2.050)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(961)	(360)
Previdência Privada	(157)	(231)
Outros benefícios	(185)	(248)
<b>Total</b>	<b>(23.702)</b>	<b>(23.084)</b>

## 19.8. Resultado financeiro: 19.8.1. Resultado financeiro por categoria:

Descrição	2016	2015
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>787.375</b>	<b>670.909</b>
Valor justo por meio do resultado	596.408	426.120
Disponível para venda	45.934	48.689
Mantido até o vencimento	145.033	196.100
Operações de seguros – previdência e VGBL	(701.868)	(578.407)
Operações de seguros – outros	(26.306)	(18.681)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	853	(3.944)
Outros	1.803	(428)
<b>Total</b>	<b>61.857</b>	<b>69.449</b>

## 19.8.2. Receitas financeiras:

Descrição	2016	2015
Valorização de quotas de fundos de investimentos	998.644	991.077
Títulos de renda fixa – privados	6.741	13.904
Títulos de renda fixa – públicos	112.992	116.599
Operações de seguros	1.561	2.369
Juros e variação monetária sobre ações e depósitos judiciais	14.056	11.295
Outras	4.288	1.964
<b>Total</b>	<b>1.138.282</b>	<b>1.137.208</b>

## 19.8.3. Despesas financeiras:

Descrição	2016	2015
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e títulos públicos e privados	(331.002)	(450.671)</td

continuação

## Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

## Parecer dos atuários independentes

**Aos Acionistas e Administradores da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia"), e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Responsabilidade da Administração:** A Administração é responsável pelas provisões técnicas e pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo deste relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório anteriormente referidos da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e as normas da SUSEP e do CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas, e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório anteriormente referidos da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e as normas da SUSEP e do CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas

aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e, ainda, apresentar uma situação patrimonial e expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação a riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nossas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas, e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório anteriormente referidos da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e as normas da SUSEP e do CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas

pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos certas divergências na correspondência desses dados, que servirão de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Consultores Ltda.

CNPJ 02.189.924/0001-03

CIBA 45

João Batista da Costa Pinto

MIBA 944

Anexo I

Demonstrativos do parecer atuarial

1. Demonstrativo dos limites de retenção	31/12/2016	31/12/2015
Ramo 0929	1.558.241	1.558.241
Ramo 0969	1.558.241	1.558.241
Ramo 0977	1.558.241	1.558.241
Ramo 0982	1.558.241	1.558.241
Ramo 0984	1.558.241	1.558.241
Ramo 0990	570.000	570.000
Ramo 0993	1.558.241	1.558.241
Ramo 1329	1.558.241	1.558.241
Ramo 1369	1.558.241	1.558.241
Ramo 1377	1.558.241	1.558.241
Ramo 1381	1.558.241	1.558.241
Ramo 1384	1.558.241	1.558.241
Ramo 1390	570.000	570.000
Ramo 1391	1.558.241	1.558.241

## Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016

1. O Comitê de Auditoria da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia") ("Comitê") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, até a presente data: • Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias contábeis independentes e interna, bem como com os representantes da administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê; • Verificou que as auditorias contábeis independentes e interna e o sistema de controles internos da Companhia atendem às necessidades da

Companhia, não tendo identificado deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade de tais auditorias e do sistema de controles internos da Companhia; • Com base nas informações das auditorias contábeis independentes e interna, não identificou falhas no cumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da Companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; e • Revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, considerando-

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa

opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades

base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades da Administração" e da governança pelas demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressaram qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria**

das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir o relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ  
Roberto Paulo Kenedi - Contador - CRC 1RJ 081.401/O-5

**Deloitte.**

## RESULTADO

# Braskem registra prejuízo não auditado de R\$ 2,637 bilhões no 4º trimestre de 2016

Ebitda ajustado é de R\$ 2,385 bi de outubro a dezembro, avanço de 10% ante igual período de 2015

**A** Braskem registrou prejuízo, não auditado, de R\$ 2,637 bilhões no quarto trimestre de 2016, ante lucro de R\$ 35 milhões no mesmo período de 2015. No acumulado do ano de 2016, o prejuízo foi de R\$ 768 milhões, contra lucro de R\$ 2,766 bilhões em 2015.

O Ebitda ajustado atingiu R\$ 2,385 bilhões de outubro a dezembro do ano passado, um avanço de 10% ante igual intervalo de 2015. A Margem Ebitda passou de 18% para 20%. No total do ano de 2016, o Ebitda ajustado totalizou R\$ 11,508 bilhões, alta de 23% ante 2015. A margem Ebitda foi de 20% para 24,1%.

A Braskem também divulgou o Ebitda básico, que ficou negativo em R\$ 525 milhões no quarto trimestre de 2016, contra um valor positivo de R\$ 261 milhões em 2015. No total do ano passado, o Ebitda básico foi de R\$ 8,635 bilhões, 31 vezes acima do reportado em 2015.

No quarto trimestre de 2016, a receita líquida de vendas somou R\$ 11,919 bilhões, um leve recuo de 1% contra mesmo período do ano anterior. Em 2016, a receita líquida de vendas atingiu R\$ 47,7 bilhões, alta de 2% contra 2015.

O resultado financeiro ficou negativo em R\$ 898 milhões de outubro a dezem-

bro de 2016, contra um valor também negativo de R\$ 841 milhões no mesmo período de 2015. No total de 2016, o resultado financeiro ficou negativo em R\$ 4,210 bilhões, um avanço ante o R\$ 1,544 bilhão de 2015.

A Braskem informa no release de resultados não auditados que, em ressalva sobre informações futuras, a reapresentação das demonstrações financeiras consolidadas de 2015, por conta da reapresentação decorrente de tributos reconhecidos de forma extemporânea e outros ajustes materiais.

"Com a identificação e reclassificação de pagamentos por serviços prestados sem a comprovação da efetiva contrapartida, a Braskem determinou o pagamento de todos os tributos devidos e a revisão do imposto de renda e contribuição social difer